

Santa Casa da Misericórdia de Portel

Relatório de Gestão 2024



RELATÓRIO GESTÃO 2024

Santa Casa da Misericórdia de Portel

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones to the right and below.]

“Quarenta anos é velhice para a juventude, e cinquenta anos é juventude para a velhice.”

Victor Hugo

Abreviaturas e Siglas

SCMP – Santa Casa da Misericórdia de Portel

ARS – Administração Regional de Saúde

ISS IP – Instituto da Segurança Social, IP

ERPI – Estrutura Residencial Pessoas Idosas

CD – Centro de Dia

SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

UCCI – Unidade de Cuidados Continuados Integrados

EGA – Equipas de Gestão de Altas dos Hospitais

ECL – Equipas de Coordenação Local

RNCCI – Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados

ECR – Equipa de Coordenação Regional

IAI- Instrumento de Apoio Integrado

RH – Recursos Humanos

CMU – Custo Médio Mensal Utente

IMC- Índice de Massa Corporal

PICC- Plano Individual de Cuidados Continuados

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'nef', 'C. António', and others.]

ÍNDICE

Índice.....	4
1. CORPOS GERENTES	6
2. RECURSOS HUMANOS.....	7
3. RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO ANO DE 2024.....	9
3.1. - INTRODUÇÃO.....	9
3.2. - RELATÓRIO.....	10
3.3. - ANÁLISE CONTABILÍSTICA	11
3.4. - DIVERSOS	19
3.5. - OUTRAS INFORMAÇÕES.....	20
4. FARMÁCIA DA MISERICÓRDIA.....	21
5. UCCI – UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS	22
7. MAPAS DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	23
7.1. BALANÇO	24
7.2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS.....	25
7.3. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS CAIXA	26
7.4. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2024.....	27
8. ANEXO 2024.....	29
1 - IDENTIFICAÇÃO	30
2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	30
3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS E ERROS.....	32
4 – CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	44
5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	45
6- ATIVOS INTANGÍVEIS	46
7 – INVESTIMENTOS EM CURSO	47
8 - INVENTÁRIOS	48
9 – CRÉDITOS A RECEBER - UTENTES E CLIENTES	49
10 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	50
11 – INVESTIMENTOS FINANCEIROS.....	51
12 – DIFERIMENTOS.....	51
13 - OUTROS ATIVOS CORRENTES	52

14 - FUNDOS PATRIMONIAIS	55
15 - SUBSÍDIOS DO GOVERNO RELACIONADOS COM ATIVOS	56
16 - FORNECEDORES	56
17 - CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	57
18 - OUTROS PASSIVOS CORRENTES	58
19 - VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	59
20 - SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	60
21 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	63
22 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS	66
23 - OUTROS RENDIMENTOS	67
24 - OUTROS GASTOS	68
25 - JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS	68
26 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES	69
27 - RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS	70
28 - ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO	70
29 - OUTRAS DIVULGAÇÕES	70
30 - APLICAÇÃO RESULTADOS	71
BALANCETES	72
29 - BALANCETE RAZÃO DEZEMBRO	73
30 - BALANCETE RAZÃO REGULARIZAÇÃO EXERCÍCIO	75
31 - BALANCETE RAZÃO FINAL	77

1. CORPOS GERENTES

São Corpos Gerentes da Santa Casa da Misericórdia a Assembleia Geral, a Mesa Administrativa e o Conselho Fiscal.

No ano de 2024, os irmãos que conduziram a instituição foram:

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente – Luís Miguel Caeiro Tojo

1º Secretário - Francisco Manuel Chaurilha Leirôa

2º Secretário - João Manuel Vintém Balsinha

CONSELHO FISCAL

Presidente – Rui José Fonte Santa Cavaco

Vice-Presidente – Maria José Caixeiro Lopes Serra

Secretário – Francisca da Silva Nunes Ramalho

MESA ADMINISTRATIVA

Provedora – Maria Luísa Leonço Farinha

Vice-Provedora – Maria José Carriço Castilho

Secretário – Jorge Manuel Nascimento Rodrigues

Tesoureiro – Nélia Maria Bacalhau Lação

Vogal - António Joaquim Palma Mendes

Vogal – Manuel António Galhano Pires

Vogal Paula Maria Travanca Figueira

Em 11 de Dezembro de 2022, foram realizadas novas eleições para os órgãos sociais da instituição, tomando posse os irmãos eleitos no dia 16 de janeiro de 2023.

A Mesa Administrativa é responsável pelo planeamento e gestão de todas as atividades realizadas na Instituição. O Conselho fiscal e a Assembleia Geral são responsáveis pelo acompanhamento da atividade. Sempre que algum destes órgãos desejar, ou quando solicitado, podem proferir a sua posição relativamente à atividade desenvolvida na Instituição bem como sobre novos projetos e atividades a desenvolver.

2. RECURSOS HUMANOS

A SCMP durante o ano de 2024 teve ao seu serviço 108 trabalhadores sendo que em 31/12/2024 apenas estavam ao serviço 99 trabalhadores. Prestaram ainda serviço na SCMP, diversos colaboradores com contratos de prestação de serviços (fatura-recibo), principalmente no apoio aos serviços de enfermagem na UCCI.

Na análise efetuada associaram-se todos os colaboradores (contratos de trabalho dependente e contratos de prestação de serviços) às seguintes respostas sociais/ departamentos/sector:

ERPI/CD/SAD

UCCI

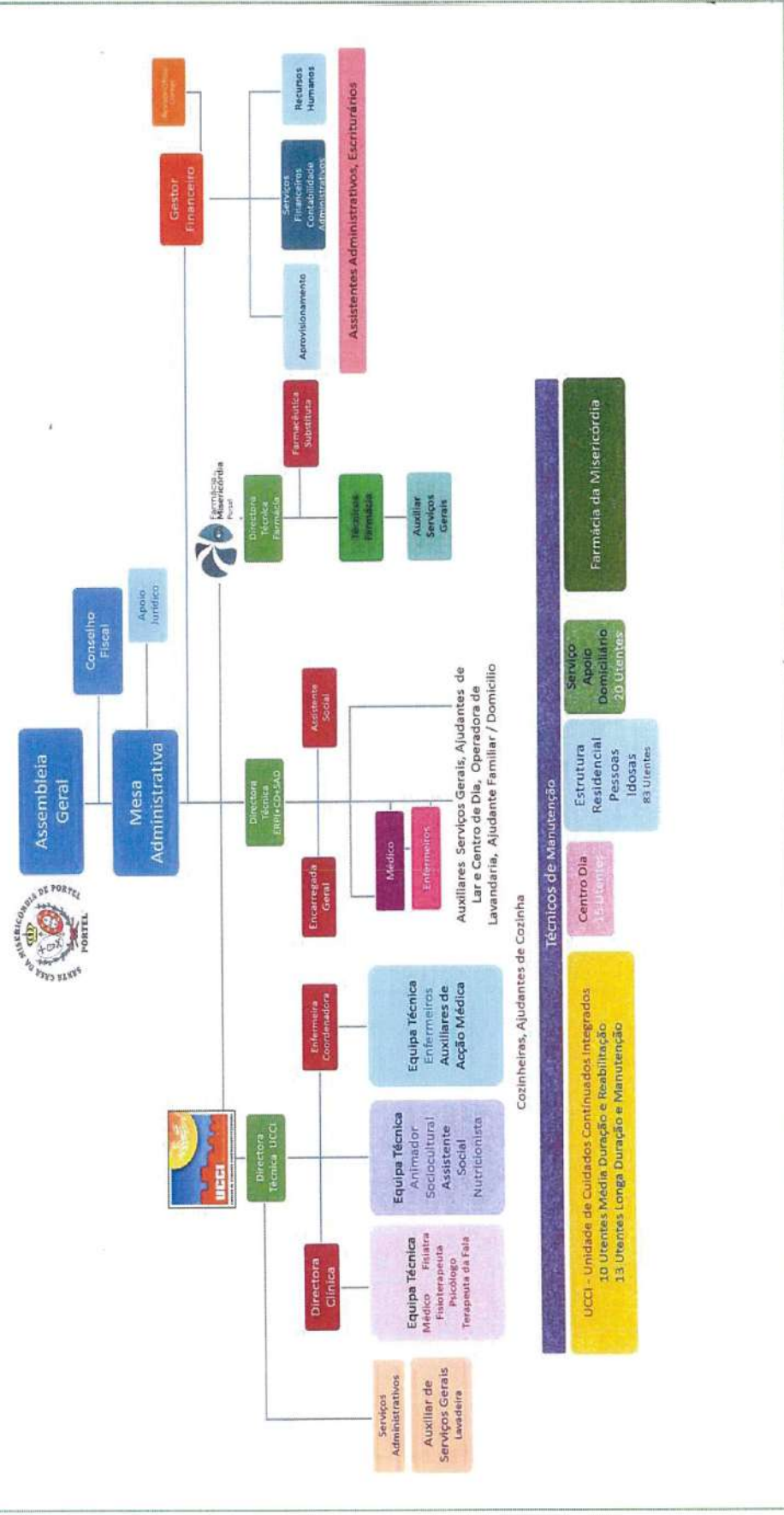
Farmácia

Administração

Dos 108 colaboradores com contrato de trabalho dependente durante o ano de 2024, 52,95% dos gastos estão imputados às respostas sociais ERPI/CD/SAD, 31,67 % dos gastos à UCCI, 9,43 % à Farmácia da Misericórdia e 5,25 % ao departamento Administração trabalhando toda a documentação administrativa / financeira de todos os departamentos/setores da instituição.

Dos 10 colaboradores prestadores de serviços no mês de dezembro, 6 são enfermeiros, 1 nutricionista, 1 terapeuta da fala e estão todos associados à UCCI. Ao sector da Administração está associada a advogada RGPD. O electricista está associado aos setores da ERPI e UCCI.

Organograma da Santa Casa da Misericórdia de Portel



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones.

3. RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO ANO DE 2024

3.1. - INTRODUÇÃO

O presente relatório de atividades tem como principal objetivo apresentar o trabalho desenvolvido pela Santa Casa da Misericórdia de Portel ao longo do ano de 2024, com particular destaque para as respostas sociais que constituem o núcleo central da sua missão: a Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), o Centro de Dia, o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), a Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI) e ainda a Farmácia da Misericórdia.

Estas respostas sociais representam um compromisso firme com o cuidado, a dignidade e o bem-estar das pessoas idosas e em situação de vulnerabilidade, através de um serviço cada vez mais humanizado, qualificado e adaptado às necessidades específicas dos utentes.

A atividade da Farmácia, enquanto resposta complementar, tem igualmente desempenhado um papel relevante na promoção da saúde e no apoio à comunidade, garantindo o acesso seguro e orientado ao medicamento e contribuindo para a continuidade de cuidados aos utentes da instituição e à população em geral.

Neste percurso, é fundamental destacar o papel central dos nossos colaboradores, cuja dedicação, profissionalismo e espírito de missão foram, uma vez mais, determinantes para o cumprimento dos nossos objetivos. Ao longo do ano, reforçámos práticas orientadas para a melhoria contínua, investindo na formação, na coesão das equipas e na criação de um ambiente de trabalho positivo, refletido na qualidade dos cuidados prestados.

A ERPI proporcionou um ambiente seguro e estruturado a residentes em situação de dependência; o Centro de Dia continuou a ser um espaço de socialização e apoio diário; o SAD garantiu cuidados essenciais no domicílio com eficiência e proximidade; e a UCCI assegurou uma resposta clínica e social integrada, de elevada complexidade.

Este relatório traduz, assim, o esforço conjunto de toda a equipa da instituição — técnica, operacional e administrativa — no sentido de promover um serviço de excelência, sempre centrado na pessoa, respeitando os seus direitos, preferências e necessidades. Mais do que

números ou ações, este documento reflete o compromisso contínuo da Misericórdia com a qualidade, a ética e a missão de cuidar.

Complementarmente, o presente relatório inclui uma análise financeira detalhada, elemento essencial para a compreensão da sustentabilidade da instituição. A gestão criteriosa dos recursos disponíveis, aliada a uma política de rigor e transparência, permitiu assegurar o equilíbrio financeiro e dar continuidade à missão da Misericórdia com responsabilidade e visão de futuro.

Este documento visa, assim, refletir não só as ações e conquistas alcançadas, mas também reforçar o compromisso contínuo com o rigor, a ética e a sustentabilidade, pilares que orientam diariamente a atuação da Santa Casa da Misericórdia de Portel.

3.2. - RELATÓRIO

A Santa Casa da Misericórdia de Portel, no decorrer do ano 2024 continuou a prestar os seus serviços, com predominância para a Terceira Idade, nomeadamente com o funcionamento das RS-respostas sociais de ERPI-Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, SAD – Serviço de Apoio Domiciliário, CD – Centro de Dia e ainda através da UCCI - Unidade de Cuidados Continuados Integrados.

Nestas Respostas Sociais o CMU-custo médio mensal por utente, apurado pelos valores das demonstrações financeiras agora apresentadas, é o constante da seguinte tabela:

ANOS	ERPI	Centro de Dia	Apoio Domiciliário	UCCI	UCCI
				Média Duração	Longa Duração
2024	1 414,71	871,38	612,40	3 364,22	3 364,22
2023	1 369,97	0,00	494,05	2 777,28	2 777,28
2022	1 199,16	0,00	684,72	2 705,07	2 705,07
2021	1 244,93	0,00	539,86	2 967,62	2 967,62
2020	1 165,57	850,52	717,19	2 642,63	2 642,63
2019	988,57	838,36	631,63	2 471,52	2 471,52
2018	997,92	360,01	667,03	2 467,70	2 467,70

ANOS	ERPI	Centro de Dia	Apoio Domiciliário	UCCI	
				Média Duração	Longa Duração
2024	1 414,71	871,38	612,40	3 364,22	3 364,22
2023	1 369,97	0,00	494,05	2 777,28	2 777,28
Variação	44,74	0,00	118,35	586,94	586,94
%	3,59%	FALSO	21,92%	19,78%	19,78%

A Resposta social ERPI registou um ligeiro aumento nos valores, refletindo a atualização de participações, custos operacionais e melhoria na qualidade dos serviços prestados. A variação de 3,59% está dentro de um intervalo moderado e sustentável.

Relativamente ao CD verificou-se que em 2023 não houve registo de valor para esta resposta, indicando que essa resposta social estava inativa. A entrada do valor em 2024 reflete a retoma da atividade do Centro de Dia.

O SAD teve um crescimento expressivo, o que pode estar relacionado com o aumento da procura por este tipo de serviço, após um período de inatividade.

A UCCI teve uma **Variação Absoluta: +586,94** **Variação Percentual: +19,78%**

Este acréscimo está diretamente relacionado com aumento de custos com cuidados de saúde especializados bem como dos custos gerais e ainda da capacidade de resposta da unidade.

3.3. – ANÁLISE CONTABILÍSTICA

RESPOSTA SOCIAL	2024	2023	Variação 2024/2023	
			Valor	%
ERPI	12 556,43	-65 530,82	78 087,25	119,16%
CENTRO DE DIA	-10 551,53	1 615,71	-12 167,24	753,06%
APOIO DOMICILIÁRIO	-40,07	12 508,99	-12 549,06	100,32%
FARMÁCIA	123 604,57	111 058,28	12 546,29	11,30%
UCCI	-92 899,88	2 759,62	-95 659,50	3466,40%
ADMINISTRAÇÃO + CULTO	-107 061,86	-154 489,94	47 428,08	30,70%
TOTAL	-74 392,34	-92 078,16	17 685,82	

A análise financeira referente ao ano de 2024, comparativamente a 2023, evidencia uma evolução global positiva nos resultados da Santa Casa da Misericórdia de Portel, com uma **redução do défice total em 17 685,82 €**, passando de **-92 078,16 € em 2023** para **-74 392,34 € em 2024**. Este resultado traduz um esforço continuado de controlo orçamental, eficiência na gestão e otimização de recursos.

Entre as respostas sociais, **destaca-se a Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)**, que passou de um resultado negativo de **-65 530,82 € em 2023** para um resultado positivo de **12.556,43 € em 2024**, representando uma melhoria expressiva de **78 087,25 € (+119,16%)**. Esta inversão reflete o sucesso das medidas de reequilíbrio aplicadas e o reforço da eficiência operacional.

Também a **atividade da Farmácia** continuou a demonstrar uma contribuição sólida e estável para a sustentabilidade da instituição, com um resultado positivo de **123 604,57 €**, superior ao obtido em 2023, que havia sido de **111 058,28 €**. Este acréscimo de **12 546,29 € (11,30%)** confirma a importância estratégica desta valência para a saúde financeira da Misericórdia.

Por outro lado, verificaram-se **dificuldades significativas na Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI)**, que passou de um pequeno excedente de **2 759,62 €** para um défice elevado de **-92 899,88 €**, registando assim uma deterioração de **95 659,50 € (-3 466,40%)**. Este resultado está relacionado com o aumento de encargos com recursos humanos especializados, consumíveis clínicos e ainda dos débeis financiamentos a este tipo de resposta social.

O **Centro de Dia** e o **Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)** também registaram variações negativas. No caso do Centro de Dia, o resultado caiu de **1 615,71 € em 2023** para **-10 551,53 € em 2024**, uma descida de **12 167,24 € (-753,06%)**, possivelmente relacionada com a reativação recente da resposta, que implicou investimentos e estruturação. Já o SAD passou de um excedente de **12 508,99 €** para **-40,07 €**, um recuo de **12 549,06 € (-100,32%)**, sinalizando a necessidade de ajustes nos recursos ou de reforço de apoios.

Por fim, é de destacar a **redução do défice na área da Administração e Culto**, que passou de - **154 489,94 €** em 2023 para **-107 061,86 €** em 2024, refletindo uma melhoria de **47 428,08 € (30,70%)**. Este dado é indicativo de um maior controlo sobre os custos fixos e administrativos da instituição.

1. Visão Geral e Principais Fontes de Receita

1. Vendas (1.228.317,75 € no total)

- O principal destaque em “Vendas” está concentrado na Farmácia, que atinge 1.188.861,90 € do total, representando mais de 95% dessa rubrica.
- A ERPI (Estrutura Residencial Para Idosos) regista 39.455,85 €, relativamente à venda de fraldas aos seus utentes, um valor pequeno em comparação aos valores da Farmácia.

2. Prestação de Serviços (2.161.310,92 € no total)

- É a maior fonte de receita global.
- Concentra-se principalmente em:
 - ERPI: 1.289.234,72 € (cerca de 60% do total dessa rubrica);
 - UCCI (Unidade de Cuidados Continuados): 785.407,21 € (cerca de 36%);
 - SAD (Serviço de Apoio Domiciliário), Centro de Dia e Farmácia participam com valores menores (21.654,62 €, 53.913,69 € e 11.100,68 €, respectivamente).

3. Subsídios, doações e legados à exploração (82.690,35 € no total)

- Distribuídos quase integralmente na ERPI (80.011,17 €), com pequenos valores adicionais na UCCI (1.660,92 €) e Ad+Culto (414,23 €).

- Embora não seja a principal rubrica em termos absolutos, faz diferença na sustentabilidade de áreas mais sensíveis (ERPI e UCCI).

4. Outros rendimentos e ganhos (70.335,67 € no total)

- Aqui há dois destaques:
 - Ad+Culto, com 44.445,61 € (cerca de 63% desse item), relacionado com as rendas de prédios 21.222,01 € apoios, donativos e quotizações 17.831,96 €.
 - ERPI, com 12.903,71 €.

No total, a soma de todos os “rendimentos” (Vendas + Prestação de Serviços + Subsídios + Outros) atinge 3.544.377,57 €.

2. Principais Gastos

1. Custo das Mercadorias Vendidas (806.560,89 €)

- Diretamente relacionado ao segmento de Farmácia (pois é a principal geradora de Vendas).
- Este valor representa a compra dos medicamentos que depois são vendidos na Farmácia.

2. Custos com Pessoal (1.890.719,97 €)

- É o maior custo em termos absolutos.
- Distribuição:
 - ERPI: -942.902,05 € (quase 50% do total desses custos);
 - UCCI: -598.791,02 € (cerca de 32%);

- Ad+Culto, Centro de Dia e SAD também têm impacto, mas menor.
- Reflete o quadro de pessoal necessário para manutenção das atividades assistenciais, residenciais e de cuidados continuados.

3. Fornecimentos e Serviços Externos (534.025,51 €)

- Abrange custos variados (água, luz, gás, combustível, honorários, conservações e manutenções e outros).
- As duas maiores fatias estão em:
 - ERPI: -251.277,45 €;
 - UCCI: -215.722,89 €.

4. Custo das Matérias Consumidas (248.597,05 €)

- Também relevante, mas bem abaixo do Custo com Pessoal e Fornecimentos/Serviços Externos.
- Maior parte está na ERPI: -178.268,14 € e na UCCI: -47.423,94 €. Reflete o custo das compras de géneros alimentares consumidos nestas duas respostas sociais.

5. Outros gastos e perdas (31.985,26 €)

- Concentra-se especialmente em Farmácia (-27.398,94 €) e UCCI (-2.025,40 €), além de pequenos valores em outras áreas.
- Dizem respeito a Taxas de receituário, correções anos anteriores, quebras, quotizações não recebidas, ajustamentos e outros gastos não usuais ou pontuais.

No consolidado, o total de custos (incluindo as rubricas de amortizações e gastos de financiamento) supera os 3,6 milhões de euros.

3. Resultados por Área/Resposta Social

Ao observar a linha **Resultado líquido do período** em cada área, notamos:

- **ERPI (12.556,43 €):**
 - Conseguiu encerrar com resultado positivo. Receitas de Prestação de Serviços (1,28 M€) e Subsídios (80 k€) são fortes, mas contrabalançadas por custos com pessoal e serviços externos significativos. Ainda assim, fecha no verde.
- **Centro de Dia (-10.551,53 €):**
 - Pequena receita (21.654,62 €) insuficiente para cobrir os custos (sobretudo custos com pessoal).
 - Tende a depender de outras fontes de apoio ou subsídios.
- **SAD (Serviço de Apoio Domiciliário) (-40,07 €):**
 - Muito próximo do ponto de equilíbrio, sugerindo que, se houver uma ligeira otimização de custos ou incremento de receitas, poderia ficar positivo.
- **Farmácia (123.616,57 €):**
 - É o grande destaque positivo do período, responsável por Vendas acima de 1,18 M€.
 - Apesar do alto Custo das Mercadorias Vendidas (-806,560,89 €), ainda atinge um excedente significativo que ajuda a compensar os resultados negativos das outras respostas.

- **UCCI (Unidade de Cuidados Continuados) (-92.899,88 €):**

- Com volume relevante de Prestação de Serviços (785.407,21 €), apresenta custos de pessoal elevados (-598.791,02 €) e custos de serviços externos (-215.722,89 €), resultando em saldo negativo.

Ad+Culto (-107.073,86 €):

- Aparece com boa parcela em "Outros rendimentos e ganhos" (44.445,61 €). Porém, os custos com o pessoal e outras despesas não cobertas por rendas diretas, geram um resultado negativo expressivo.

Resultado Líquido Global: -74.392,34 €

- Mesmo com a boa performance da Farmácia e com a ERPI tendo saldo positivo, o resultado consolidado é penalizado principalmente pelos défices gerados na UCCI.

4. Análise de Principais Impactos no Resultado

1. Contribuição positiva da Farmácia

- O segmento Farmácia é fundamental para equilibrar (em parte) a estrutura financeira, pois gera excedente (cerca de 123,6 k€).
- A Farmácia, na prática, subsidia outras respostas sociais deficitárias.

2. Elevados Custos de Pessoal

- Superam 1,89 M€, equivalendo a mais de 50% de todos os rendimentos operacionais (3,54 M€).
- É normal em instituições de cariz social, mas revela a necessidade de otimização de processos ou de procura de mais financiamento/subsídios para manter a qualidade de serviço.

[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

3. Resultados Negativos na UCCI e Ad+Culto

- A UCCI sofre com custos operacionais altos (principalmente pessoal e serviços externos).

4. Pequeno Défice no Centro de Dia

- Centro de Dia não é grande gerador de receita; normalmente funciona com mensalidades dos utentes, eventuais protocolos e subsídios, mas não cobre seus próprios custos de operação.

5. Proximidade ao Ponto de Equilíbrio no SAD

- Com pequeno saldo negativo (-40,07 €), o SAD está praticamente em “break-even”. Pequenos ajustes podem colocá-lo em resultado zero ou positivo.

5. Conclusões e Recomendações

- **Resultado Global Negativo:** -74.392,34 €.
 - Sinal de que, apesar de algumas respostas sociais serem superavitárias (Farmácia, ERPI), não conseguem compensar a insuficiência estrutural de UCCI.
- **Foco em Optimizar Custos nas Áreas Deficitárias:**
 - A UCCI precisa de análise mais profunda de gastos. Se for possível reduzir custos de pessoal, serviços externos ou encontrar fontes adicionais de receita (por exemplo, maior participação, donativos, subsídios), mitigaria o défice.
- **Farmácia como Pilar de Sustentabilidade:**
 - A receita gerada (cerca de 1,19 M€ em vendas) é vital. É recomendável uma gestão cautelosa de margens de comercialização e controle de custos para garantir que o fluxo de caixa continue a sustentar outras áreas.

[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

- **ERPI com boa Geração de Receita:**
 - Justifica-se continuar a buscar subsídios/apoios e manter os níveis de ocupação elevados para manter ou melhorar o resultado.

- **SAD e Centro de Dia:**
 - Verificar formas de aumentar a taxa de utilização pelos utentes, repensar preços e procurar subsídios específicos, pois atualmente os de valores de prestação de serviços não cobrem os custos.

- **Gestão Global Integrada:**
 - Por se tratar de uma instituição particular de solidariedade social, é normal que algumas respostas sociais sejam deficitárias. Porém, deve-se assegurar que as atividades lucrativas (Farmácia e ERPI) não fiquem comprometidas ao sustentar repetidamente os défices sem medidas de correção ou captação adicional de receitas das restantes respostas sociais.

Em síntese, a demonstração de resultados deixa claro que:

- A **Farmácia** e a **ERPI** são as principais geradoras de excedente.
- A **UCCI** é a unidade que mais compromete o resultado global.
- É crucial investir em controle de custos e buscar novos apoios para reduzir o défice consolidado de -74,4 k€ e garantir a sustentabilidade da instituição no longo prazo.

3.4. – DIVERSOS

Continuou-se a contar com o apoio concedido pelo Centro de Emprego de Évora, através do programa de estágios profissionais.

3.5. – OUTRAS INFORMAÇÕES

Não existem quaisquer dívidas ao Estado nem à Segurança Social, conforme se comprova através das certidões de não dívida anexas.

No entanto, como referido no relatório do ano anterior, devido a um problema no mês de Março de 2023 no Software Sage – Vencimentos, a contribuição referente a um abono pago aos trabalhadores não foi acrescida no cálculo das contribuições para a Segurança Social através do ficheiro DRI no referido mês. Tem havido contactos com a Segurança Social para resolver o problema, no entanto devido a dificuldades técnicas para o envio do novo ficheiro DRI não tem sido possível resolver este problema. Aguarda-se contacto da Segurança Social para resolução do mesmo. Há ainda a referir que o valor em falta encontra-se mencionado nas Demonstrações Financeiras na conta 245.

Não existem quaisquer negócios entre a Santa Casa da Misericórdia de Portel e qualquer elemento eleito da Mesa Administrativa.

St. Santa Casa da Misericórdia de Portel

Santa Casa da Misericórdia de Portel

Relatório de Gestão 2024

[Handwritten signature]



Farmácia da
Misericórdia
Portel

4. FARMÁCIA DA MISERICÓRDIA

O presente relatório tem por objetivo informar e conhecer o modo de funcionamento da atividade desenvolvida pela Farmácia da Misericórdia de Portel, tendo como objetivo central a qualidade de prestação de serviços e cuidados de saúde de modo a satisfazer as necessidades e expectativas dos seus clientes, dos profissionais de saúde e da comunidade em geral, de acordo com os princípios orientadores da Santa Casa da Misericórdia de Portel, as Boas Práticas de Farmácia, Código deontológico e a legislação aplicável ao sector farmacêutico.

Relatório individual apresentado em documento próprio.

St. [Handwritten Signature]

[Handwritten Signature]

5. UCCI – UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS



Introdução

No Relatório de Atividades de 2024 são caracterizadas a equipa e as atividades desenvolvidas, efetuando-se, ainda, uma análise dos indicadores clínicos / não clínicos e de gestão da UCCI Portel, que constarão nos anexos.

Relatório individual apresentado em documento próprio.

[Handwritten signature]

Santa Casa da Misericórdia de Portel

Relatório de Gestão 2024

[Handwritten signature]

Santa Casa da Misericórdia de Portel

7 MAPAS DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

7.1. BALANÇO

Balanço em 31.12.2024

RUBRICAS	Notas	Data	
		31.12.2024	31.12.2023
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5+7	2 063 681,32	2 128 604,55
Activos intangíveis	6+7		
Investimentos financeiros	11	14 177,49	14 177,49
		2 077 858,81	2 142 782,04
Activo corrente			
Inventários	8	137 034,43	138 934,94
Créditos a receber	9	158 355,68	157 800,22
Estado e outros entes públicos	10	11 002,86	7 413,64
Diferimentos	12	9 421,08	8 566,91
Outros ativos correntes	13	96 080,53	238 237,29
Caixa e depósitos bancários	4	717 551,34	406 982,83
		1 129 445,92	957 935,83
Total do Activo		3 207 304,73	3 100 717,87
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	14	1 344 097,96	1 344 097,96
Resultados transitados	14	646 976,38	739 054,54
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	15	349 612,10	369 315,15
Resultado líquido do período		-74 392,34	-92 078,16
Total dos Fundos Patrimoniais		2 266 294,10	2 360 389,49
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	17	266 666,67	80 000,00
		266 666,67	80 000,00
Passivo corrente			
Fornecedores	16	148 523,63	119 248,44
Estado e outros entes públicos	10	62 207,68	48 080,29
Financiamentos obtidos	17	63 534,52	35 178,20
Diferimentos	12	9 627,52	86 902,32
Outros passivos correntes	18	390 450,61	370 919,13
		674 343,96	660 328,38
Total do Passivo		941 010,63	740 328,38
Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo		3 207 304,73	3 100 717,87

7.2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2024

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	19	3 389 628,67	3 147 841,04
Subsídios , doações e legados à exploração	20	82 690,35	48 951,61
Custo das mercadorias vendidas e Consumidas	8	-1 055 157,94	-1 000 469,38
Fornecimentos e serviços externos	21	-534 025,51	-520 036,27
Gastos com pessoal	22	-1 890 719,97	-1 667 753,17
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	-1 002,00	-2 285,00
Aumentos/Reduções de justo valor		41,88	349,33
Outros rendimentos	23	70 335,67	61 749,00
Outros gastos	24	-31 985,26	-62 471,17
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		29 805,89	5 875,99
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-92 958,34	-91 643,71
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-63 152,45	-85 767,72
Juros e gastos similares suportados	25	-11 239,89	-6 310,44
Resultado antes de impostos		-74 392,34	-92 078,16
Imposto sobre rendimento do período			
Resultado líquido do período		-74 392,34	-92 078,16
Ganhos		3 542 696,57	3 258 890,98
Gastos		-3 617 088,91	-3 350 969,14
RL		-74 392,34	-92 078,16

7.3. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS CAIXA

Demonstração de Fluxos Caixa do período findo em 31.12.2024

RUBRICAS	2024	2023
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Recebimentos de clientes e utentes	3 404 091,24	3 142 712,37
pagamentos de apoios		
pagamentos de bolsas		
Pagamentos a fornecedores	-1 556 112,18	-1 553 317,79
Pagamentos ao pessoal	-1 882 752,04	-1 637 221,39
Caixa geradas pelas operações	-34 772,98	-47 826,81
Outros recebimentos/pagamentos	148 283,02	35 576,93
Fluxos das actividades operacionais (1)	113 510,04	-12 249,88
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-28 035,11	-56 535,42
Investimentos financeiros		-285,48
Recebimentos provenientes de:		
Activos Fixos Tangíveis		90 000,00
Outros Activos	21 222,01	22 240,98
Subsídios ao Investimento		16 801,86
Juros e rendimentos similares	88,47	94,63
Fluxos das actividades de investimento (2)	-6 724,63	72 316,57
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de		
Financiamentos Obtidos	215 022,99	
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos Obtidos		-63 051,89
Juros suportados	-11 239,89	-6 433,97
Fluxos de actividades de financiamento (3)	203 783,10	-69 485,86
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)	310 568,51	-9 419,17
Caixa e seus equivalentes no início do período	406 982,83	416 402,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	717 551,34	406 982,83

7.4. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2024

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade mãe					Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	6	14	1 344 097,96	739 054,54	369 315,15	-92 078,16	2 360 389,49	2 360 389,49
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais		14		-92 078,16	-19 703,05	92 078,16	-19 703,05	-19 703,05
	7			-92 078,16	-19 703,05	92 078,16	-19 703,05	-19 703,05
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8					-74 392,34	-74 392,34	-74 392,34
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8					17 685,82	-94 095,39	-94 095,39
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	10							
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	6+7+8+10		1 344 097,96	646 976,38	349 612,10	-74 392,34	2 266 294,10	2 266 294,10

St. [Handwritten signature]

[Handwritten signature]

A MESA ADMINISTRATIVA

[Handwritten signature]

Maria Luísa Leonço Farinha
-Provedora-

[Handwritten signature]

- Maria José Carriço Castilho -
-Vice-Provedora-

[Handwritten signature]

- Jorge Manuel Nascimento Rodrigues -
-Secretário-

[Handwritten signature]

-Nélia Maria Bacalhau Lacão-
-Tesoureiro-

[Handwritten signature]

-António Joaquim Palma Mendes-
-Vogal-

[Handwritten signature]

-Manuel António Galhano Pires -
-Vogal-

- Paula Maria Travanca Figueira-
-Vogal-

[Handwritten signature]
Santa Casa da Misericórdia de Portel

Relatório de Gestão 2024

[Handwritten signature]

8. ANEXO 2024



1 - IDENTIFICAÇÃO

A SCMP é uma instituição particular de solidariedade social (IPSS) constituída em 1498, com sede na Praça Da República N.º 1, em Portel e tem como atividade principal a área social, nomeadamente estrutura residencial para pessoas idosas, centro de dia, serviço de apoio domiciliário e unidade de cuidados continuados integrados.

O CAE principal da instituição é 87301 e como secundário o 47730 e 87100.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Misericórdia opera, logo a moeda funcional.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 7 de abril de 2025 e é opinião da Mesa Administrativa que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da SCMP, a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa. As demonstrações financeiras estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral, nos termos do Compromisso da SCMP.

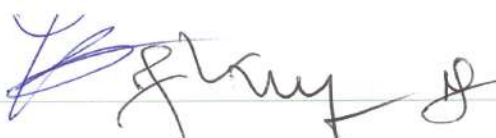

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Indicação do referencial contabilístico

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector não Lucrativo (SNC-ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomaram-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

St.  de 

Santa Casa da Misericórdia de Portel

Relatório de Gestão 2024

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A entidade reconhece os rendimentos e gastos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

- Materialidade e Agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras.

- Compensação

Aos ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração de resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos e vice-versa.

- Comparabilidade

A informação comparativa é divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas são levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e

c) Razão para a reclassificação.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC e normas que integram a normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (SNC-ESNL).

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024, são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2023.

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS E ERROS

3.1. - Principais políticas contabilísticas:

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Santa Casa da Misericórdia de Portel, mantidos de acordo com NCRF para as Entidades do Setor não Lucrativo em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o que compreende (i) o seu preço de compra, (ii) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida; e (iii) sempre que aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis continuam a ser registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A quantia depreciável dos ativos é determinada após dedução do seu valor residual, sempre que este não é considerado imaterial.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimados. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são

depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão."

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Os ativos fixos tangíveis são depreciados anualmente durante as vidas úteis estimadas, nomeadamente:

Descrição	Vida útil estimada
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	20 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	5-6 anos
Outros ativos fixos tangíveis	5-6 anos

Os imóveis cujos fins são a obtenção de rendas são tratados de acordo com o ponto 7 da NCRF-ESNL: Ativos fixos Tangíveis.

INVENTÁRIOS

Os Inventários são valorizados ao menor entre o seu custo histórico e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

H. *[Handwritten Signature]*

Quando o valor realizável líquido foi mais baixo que o valor de custo, bem como o valor dos materiais potencialmente obsoletos, estes encontram-se registados na rubrica perdas de imparidade de inventários (perdas/ reversões). *[Handwritten Mark]*

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respetivos requisitos de apresentação e divulgação é realizado de acordo com o ponto 17 da NCRF-ESNL.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados (i) ao custo menos perda por imparidade ou (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Ao custo menos perda por imparidade - Os ativos e passivos financeiros ao custo menos perda por imparidade incluem: clientes, outras contas a receber, fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos obtidos.

Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados - Todos os ativos e passivos financeiros não mensurados pelo custo menos perda por imparidade são mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados, na rubrica aumentos / reduções de justo valor.

Imparidade de ativos financeiros e sua reversão - Os ativos financeiros mensurados pelo custo menos perda por imparidade são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato.

Se o montante da perda por imparidade diminui e se tal diminuição estiver objetivamente relacionada com um acontecimento que deu lugar ao reconhecimento da perda, esta deve ser revertida até ao limite do montante que estaria reconhecido caso a perda não tivesse sido inicialmente registada.

As perdas por imparidade e sua reversão são registadas em resultados na rubrica Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões) ou de outras imparidades (perdas / reversões) no período em que são determinadas.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros - São desreconhecidos ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais são retidos alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. Os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

IMPARIDADE DE ATIVOS

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui

que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

OUTRAS CONTAS A RECEBER

As contas a receber são mensuradas ao custo menos perda de imparidade. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

O ajustamento para imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objetiva de que não será recebida parte ou a totalidade dos montantes em dívida, nos termos acordados. Dificuldades financeiras significativas por parte do devedor, probabilidade de o devedor se tornar insolvente ou a falha sucessiva de pagamentos por parte do devedor, são considerados indicadores de que a conta a receber está numa situação de imparidade.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Equivalentes de caixa consistem em investimentos a curto prazo (não superior a três meses), altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor."

PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

A quantia reconhecida das provisões corresponde ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação, considerando os riscos e incertezas associados à obrigação. O montante das provisões é revisto na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes de qualquer contrato oneroso em que a SCM Portel é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo, são registados como provisões.

RECONHECIMENTO DE GASTOS E PERDAS E DE RENDIMENTOS E GANHOS

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. São estimados os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido.

VENDAS DE BENS

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada,

(iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Misericórdia e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de diferimentos ou outras contas a pagar ou a receber.

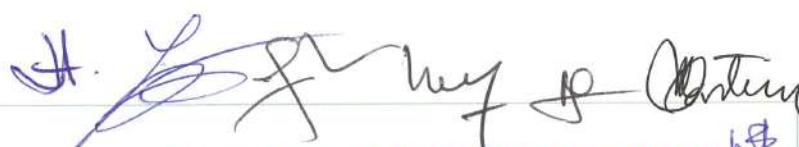
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O rédito associado com uma transação que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transação possa ser fiavelmente estimado, isto é, quando: (i) a quantia de rédito seja fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que benefícios económicos associados com a transação fluam para a Misericórdia; (iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação sejam fiavelmente mensurados.

O rédito proveniente das quotizações é considerado como prestação de serviços.

SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios do Governo são reconhecidos apenas quando existe segurança razoável de que serão recebidos e que a Entidade cumprirá as condições inerentes aos mesmos.



Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios do Governo reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são contabilizados como passivos.

Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar.

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Quando o subsídio consiste na transferência de um ativo não monetário (por exemplo terrenos ou outros recursos para uso da entidade), procede-se à avaliação do ativo não monetário e contabiliza-se quer o subsídio quer o ativo não monetário por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o ativo como o subsídio são registados por uma quantia nominal.

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo são também reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos.

PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

Os ativos contingentes são possíveis ativos provenientes de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objeto de divulgação quando é provável um influxo de contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefício económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade.

JUÍZOS DE VALOR, ESTIMATIVAS E PRESSUPOSTOS CRÍTICOS

Na preparação das demonstrações financeiras foram adotados certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções realizadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou sejam acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

b) Outras políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF- ESNL.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro

Com base na informação disponível e expectativas futuras, a SCMP continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

3.2. Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL.

Não foram necessários juízos de valor para a aplicação de políticas contabilísticas.

Não existiram alterações às políticas contabilísticas aplicadas no ano.

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor, estimativas, e utilizados diversos pressupostos, que foram efetuados com base no melhor conhecimento que se tinha à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber e subsídios à exploração.

3.4. Correção de erros de períodos anteriores

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber e subsídios à exploração.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

4 – CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A caixa e seus equivalentes são assim decompostos:

Caixa e seus equivalentes	31-12-2024	31-12-2023	Variação 2024/2023	
			Valor	%
Caixa	2 550,63	2 131,76	418,87	19,65%
Depósitos à ordem	715 000,71	404 851,07	310 149,64	76,61%
Total	717 551,34	406 982,83	310 568,51	76,31%

Os valores em caixa são o somatório dos caixas existentes na SCMP. Existem duas caixas na secretaria da instituição uma denominada Caixa Sede (saldo 493,00 €) e outra denominada Caixa Utentes Guarda (saldo 2025,51€) para recebimentos e pagamentos aos utentes da instituição. Existe ainda uma caixa na Farmácia (saldo fixo de 30,00 €) e uma caixa na UCCI (saldo 2,12 €) para regularização de pequenos valores a fornecedores ou pagamentos de serviços. Há ainda a conta Caixa Vales Correio onde se faz a gestão dos vales correio recebidos na entidade em nome dos utentes de ERPI e que apresenta uma saldo nulo em 31-12-2024.

Depósitos à Ordem

A Santa Casa da Misericórdia de Portel tem 6 contas bancárias à ordem, ativas.

Na Caixa Geral de Depósitos são duas, uma para a atividade corrente da instituição (saldo 71.740,09 €) e a outra para os movimentos de conta corrente dos seus utentes (saldo 4.752,77 €).

Devido ao encerramento do balcão na vila de Portel do Banco Millennium BCP, a conta dessa instituição bancária deixou de ser movimentada com a frequência verificada em anos anteriores (saldo 1,43 €). Normalmente, efetuava-se nessa conta, o movimento da Farmácia da

Misericórdia. Grande parte desse movimento começou a ser feito na conta da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo após o encerramento do balcão do BCP.

Na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo são também duas as contas utilizadas, a primeira de utilização geral da Instituição (saldo 75.124,62 €) e a segunda de utilização para os movimentos afetos à UCCI (saldo 34.805,76€).

Durante o ano de 2021, abriu a SCMP uma conta à ordem, denominada conta economia social no Banco Montepio, entidade bancária muito direcionada para o apoio às entidades sociais sem fins lucrativos (saldo 528.576,04 €). Utilizou-se também esta conta para o recebimentos das participações da ARS referentes à UCCI.

Existiu um aumento dos valores à ordem da Misericórdia de Portel, devido ao empréstimo bancário no valor de 250.000,00 €, efetuado na instituição Montepio

Depósitos a prazo

A Santa Casa da Misericórdia de Portel durante o ano de 2024, não teve qualquer depósito a prazo ativo.

5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e as respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construção	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos Tangíveis	Ativos Fixos Tangíveis em Curso	Total	
Abertura	Custo Aquisição	63 056,80	3 283 166,38	946 726,40	181 754,45	299 269,55	66 542,71	69 960,12	4 910 476,41
	Depreciações Acumuladas	0,00	-1 444 552,92	-832 258,03	-148 508,56	-290 009,64	-66 542,71		-2 781 871,86
	Valor Líquido	63 056,80	1 838 613,46	114 468,37	33 245,89	9 259,91	0,00	69 960,12	2 128 604,55
Transferências	Adições								0,00
	Depreciações Transferências								0,00
	Sub Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	Aquisições e Adições			23 676,36		4 358,75			28 035,11
	Depreciações	0,00	-52 512,79	-29 178,29	-7 978,00	-3 289,26		0,00	-92 958,34
	Sub Total	0,00	-52 512,79	-5 501,93	-7 978,00	1 069,49	0,00	0,00	-64 923,23
AFTB		63 056,80	3 283 166,38	970 402,76	181 754,45	303 628,30	66 542,71	69 960,12	4 938 511,52
Depreciações Acumuladas		0,00	-1 497 065,71	-861 436,32	-156 486,56	-293 298,90	-66 542,71	0,00	-2 874 830,20
AFT Líquido		63 056,80	1 786 100,67	108 966,44	25 267,89	10 329,40	0,00	69 960,12	2 063 681,32

O investimento mais relevante em 2024 foi o sistema AVAC da marca Bosh composto por 2 bombas de calor efetuado na resposta social UCCI. O valor desse investimento foi de 20.830,55€.

Com a abertura do Museu Maria Fernanda Toscano Rico também se efetuou a aquisição de um sistema de vídeo vigilância que representa um investimento de aproximadamente 3.000,00 €

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas, na sua totalidade, na rubrica "Gastos de depreciação e de amortização" da Demonstração dos Resultados. A sua contabilização faz-se de acordo com o tempo de utilização, por duodécimos.

6- ATIVOS INTANGÍVEIS

Relativamente aos Ativos Intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não existiu qualquer movimento. Os ativos fixos intangíveis e as respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:



		Programas Computador	Total
Abertura	Custo Aquisição	3 247,09	3 247,09
	Depreciações Acumuladas	-3 247,09	-3 247,09
	Valor Líquido	0,00	0,00
Transferências	Adições	0,00	0,00
	Depreciações /Transferências	0,00	0,00
	Sub Total	0,00	0,00
2024	Aquisições e Adições	0,00	0,00
	Depreciações	0,00	0,00
	Sub Total	0,00	0,00
PIB		3 247,09	3 247,09
Depreciações Acumuladas		-3 247,09	-3 247,09
PI Líquido		0,00	0,00

7 – INVESTIMENTOS EM CURSO

Os valores apresentados no ano de 2024 como Investimentos em Curso, são os montantes despendidos com a elaboração das candidaturas e apresentadas aos fundos europeus e nacionais para a concretização de alguns investimentos estruturantes para a Instituição.

As candidaturas efetuadas foram:

CO3SO – Empreendedorismo social –Permitiu a contratação de 2 técnicos especializados (psicomotricista e terapeuta ocupacional) para a resposta social ERPI. O valor desta candidatura foi recebido no ano de 2024 (29 de fevereiro).

Projeto A Realidade Virtual na Inclusão Social dos Idosos ALT20-40-2021-37 - Projetos inovadores/experimentais na área social. Valor do projeto 68.125,44 €, recebido na totalidade no ano de 2024.

[Handwritten signature]

Mobilidade Verde – Aquisição de Viaturas Elétricas para SAD – Candidatura PRR para aquisição de veículo elétrico, vocacionado para dar resposta às solicitações da resposta SAD. Foi aprovado o financiamento no montante de 25.000,00 €.

Ampliação do ERPI da SCMP – Contrataram-se junto de técnicos especialistas os projetos de arquitetura e especialidades do edifício onde se desenvolvem as atividades de ERPI. Foi apresentada uma candidatura ao PRR para a ampliação do ERPI da SCMP à Medida - Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais. Muito contribuiu a parceria com o Município de Portel, através da disponibilidade dos seus técnicos para o desenvolvimento e acompanhamento do processo.

A projeto cumpriu com todos os requisitos necessários para a sua apresentação, no entanto foi indeferida devido a que o local geográfico de intervenção (Portel) para esta medida não o considerava prioritário, dando primazia aos grandes centros urbanos de Lisboa e Porto.

Aguarda a SCMP, abertura de novas candidaturas para que possa submeter novamente o projeto de financiamento.

8 - INVENTÁRIOS

O inventário tem a seguinte composição:

Inventários	31-12-2024			31-12-2023		
	Valor bruto	Perdas imparidade	Quantia líquida	Valor bruto	Perdas imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	114 544,04		114 544,04	115 407,79		115 407,79
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	22 490,39		22 490,39	23 527,15		23 527,15
Total	137 034,43	0,00	137 034,43	138 934,94	0,00	138 934,94

Em 31 de Dezembro de 2024, o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas é o seguinte:

	Descrição	Compras	Descontos/Dev	Total
Existências Iniciais	Mercadorias	115 407,79		115 407,79
	MP Géneros Alimentares	4 653,69		4 653,69
	MP Fraldas	675,30		675,30
	Subsidiárias e Consumo	18 198,16		18 198,16
Compras	Mercadorias	844 242,05	38 544,91	805 697,14
	MP Géneros Alimentares	220 656,89	86,33	220 570,56
	MP Fraldas	33 903,12		33 903,12
	Subsidiárias e Consumo			0,00
Existências Finais	Mercadorias	114 544,04		114 544,04
	MP Géneros Alimentares	5 779,17		5 779,17
	MP Fraldas	5 426,45		5 426,45
	Subsidiárias e Consumo	11 284,77		11 284,77
CMVMC	Mercadorias	845 105,80	38 544,91	806 560,89
	MP Géneros Alimentares	212 618,02	86,33	212 531,69
	MP Fraldas + Subs Consumo	29 151,97	0,00	29 151,97
	Subsidiárias e Consumo	6 913,39	0,00	6 913,39
	Total	1 093 789,18	38 631,24	1 055 157,94

9 – CRÉDITOS A RECEBER - UTENTES E CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 a rubrica clientes e utentes decompõe-se da seguinte forma:

Clientes	31-12-2024			31-12-2023		
	CAP	Perdas por imparidade	C/C	CAP	Perdas por imparidade	C/C
Clientes Farmácia	92 892,63		92 892,63	88 821,21		88 821,21
Clientes Ucci	42 551,94		42 551,94	38 680,90	0,00	38 680,90
Clientes Lar / CD / A. Domiciliário/ Outros	22 911,11		22 911,11	30 298,11	0,00	30 298,11
Total	158 355,68	0,00	158 355,68	157 800,22	0,00	157 800,22

Verificou-se em 2024, comparativamente ao ano de 2023 uma variação nos valores totais em conta corrente de clientes (555,46 €). Foi uma diferença que continua dentro dos valores expectáveis em dívida de clientes. Os maiores saldos em aberto são das entidades que tutelam os setores das atividades da Instituição.

[Handwritten signature]

Clientes - Valor líquido	Variação			
	2024	2023	Valor	%
Cientes Farmácia	92 892,63	88 821,21	4 071,42	4,58%
Cientes Ucci	42 551,94	38 680,90	3 871,04	10,01%
Cientes Lar / CD / A. Domiciliário/ Outros	22 911,11	30 298,11	-7 387,00	-24,38%
Total	158 355,68	157 800,22	555,46	0,35%

[Handwritten signature]

Existe um saldo a débito no valor de 47.856,46 € da conta da ARS Alentejo referente à comparticipação dos medicamentos do mês de dezembro, vendidos na Farmácia da Misericórdia.

10 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 a rubrica estado e outros entes públicos decompõe-se da seguinte forma:

Todos os impostos a pagar apresentados no passivo em 31/12/2024 foram pagos durante o mês de janeiro de 2025 na data respetiva para pagamento.

Estado e outros entes públicos	31-12-2024	31-12-2023
Ativo		
Imposto sobre o valor acrescentado	11 002,86	7 413,64
Total	11 002,86	7 413,64
Passivo		
Retenção de imposto sobre o rendimento	8 313,00	8 281,50
Imposto sobre o valor acrescentado	10 961,68	3 802,85
Contribuições para a Segurança Social	42 933,00	35 995,94
Fundos Compensação	0,00	0,00
Total	62 207,68	48 080,29

No caso do IVA a receber, está contabilizado o valor do IVA a reembolsar referente a 50% do IVA da aquisição dos géneros alimentares e investimentos efetuados, reembolsos solicitados no ano de 2024 e início de 2025 com os valores a receber no ano de 2025.

Como referido no relatório de gestão existe um valor a aguardar acerto com a Segurança Social, relativamente ao mês de março de 2023.

11 – INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2024 a rubrica de investimentos financeiros é a seguinte:

Investimentos Financeiros	31-12-2024	31-12-2023
Udifar	2 634,44	2 634,44
Plural	100,00	100,00
Certificados Renda Perpétua	14,13	14,13
Fundo Compensação	11 428,92	11 428,92
Total	14 177,49	14 177,49

12 – DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2024 a rubrica diferimentos decompõe-se da seguinte forma:

	31-12-2024	31-12-2023
Diferimentos - Ativo		
Gastos a reconhecer		
... Seguros liquidados	7 004,73	7 081,05
... Outros Gastos a reconhecer	2 416,35	1 485,86
Total	9 421,08	8 566,91
Diferimentos - Passivo		
Rendimentos diferidos		
...PORA 2020 Realidade Virtual	0,00	68 585,57
... IEFEP Estágios Profissionais	9 627,52	1 438,25
...Inst Seg Social	0,00	16 878,50
Total	9 627,52	86 902,32



Nesta rubrica foi movimentada a conta de seguros liquidados e a conta outras despesas com custo diferido que tem justificação pelos contratos de assistência técnica. Tanto para os seguros como para a assistência técnica informática, apenas são reconhecidos os gastos no ano de 2024, os valores referentes ao nº de meses/dia do respetivo ano. A diferença será contabilizada como gasto no ano seguinte.

IEFP – Estágios Profissionais – toda a despesa e rendimento referentes aos estágios profissionais desenvolvidos durante o ano de 2024, foram considerados no respetivo ano em que ocorreram.

Pora 2020 – Realidade Virtual refletia em 2023 os valores aprovados em financiamento comunitário e que foram pagos e concretizados durante o ano de 2024.

Os rendimentos no valor de 16.878,50 € do Instituto da Segurança Social em 2023, representavam os valores extraordinários pagos antecipadamente pela Segurança Social. Estes valores foram reconhecidos como rendimentos no ano de 2024.

13 - OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2024 a rubrica “outros ativos correntes” decompõe-se da seguinte forma:

Ouros Ativos Correntes	31-12-2024	31-12-2023
Devedores por Acréscimos de Rendimento	67 321,73	50 772,48
Outros Devedores e Credores	28 758,80	187 464,81
Total Outros Ativos Correntes	96 080,53	238 237,29

Os “devedores por acréscimo de rendimentos” discriminam-se como segue:

Devedores por Acréscimos de Rendimento	31-12-2024	31-12-2023
Mensalidade Utentes	14 435,89	11 004,96
Utentes UCCI LDM - mês 12	9 432,06	6 653,94
Utentes UCCI MDR - mês 12	5 003,83	4 351,02
Comparticipação no Internamento	52 885,84	39 767,52
Diária Internamento ARS UCCI LDM	12 891,60	9 421,58
Diária Internamento ARS UCCI MDR	20 750,64	18 054,54
Remuneração Adicional ARS UCCI LDM		339,08
Remuneração Adicional ARS UCCI MDR	2 498,96	982,56
Medicamentos ARS UCCI LDM	1 393,20	4 084,50
Medicamentos ARS UCCI MDR	1 311,44	3 707,34
Comparticipação Utentes SS UCCI LDM	6 802,02	8 696,00
Comparticipação Utentes SS UCCI MDR	1 498,59	2 064,06
Fraldas SS UCCI LDM	535,68	505,70
Remuneração Adicional SS UCCI LDM		552,44
Remuneração Adicional SS UCCI MDR	748,48	349,12
Diária Internamento SEGURADORAS UCCI LDM	2 183,33	
Medicamentos SEGURADORAS UCCI LDM	359,91	
Fraldas SEGURADORAS UCCI LDM	44,64	
Comparticipação Seg Social ERPI	1 867,35	-9 961,56
Comparticipação Adicional SS - ERPI		972,16
Total	67 321,73	50 772,48

O quadro anterior justifica o acréscimo de rendimentos considerado no ano de 2024. Os valores estão aferidos com os documentos recebidos em janeiro de 2025.

São considerados nesta rubrica os recebimentos de valores em 2025, mas referentes ao ano de 2024.

Os cálculos destes valores no caso da resposta social UCCI têm por base os mapas agregadores apresentados junto do ISS IP que após sua validação por parte da ECL são faturados aos utentes e às entidades participantes (ARS e outros subsistemas). Normalmente essa validação acontece nos meados do mês seguinte, neste caso em janeiro de 2025.

Os “outros devedores e credores” discriminam-se da seguinte forma:

Outros Devedores e Credores	31-12-2024	31-12-2023
Outros Activos Financeiros	1 784,15	1 742,27
Contas Corrente Utentes a Débito ERPI	2 380,13	4 389,16
Fornecedores a Débito	8 632,32	10 447,89
Adiantamentos ao Pessoal	0,00	2 630,92
IEFP - Estágios Profissionais	8 761,40	1 323,73
Pora 2020 - CO3SO	0,01	80 599,65
PORA 2020 - Realidade Virtual	0,00	68 125,44
MVS - Aquisição Viatura Elétrica SAD	7 200,79	7 200,79
Outros Devedores e Credores		11 004,96
Total	28 758,80	187 464,81
Total Outros Ativos Correntes	96 080,53	238 237,29

Os “outros instrumentos financeiros” discriminam-se como segue:

Instrumentos Financeiros	31-12-2024	31-12-2023
CGD Caixa Fundo Monetário		0,00
Farminveste	1 784,15	1 742,27
Outros Activos Financeiros		0,00
Total	1 784,15	1 742,27

Verificou-se durante o ano de 2024 um acréscimo do justo valor dos instrumentos financeiros Farminveste (41,88 €).

A conta corrente utentes que se encontram a débito representam as dividas existentes dos utentes e dos quais a SCMP faz a gestão dos respetivos rendimentos. São valores que serão liquidados pelos familiares ou nalguns casos quando da receção dos subsídios de férias ou natal.

O valor IEFP – Estágios Profissionais representa o valor a receber dos estágios que se encontram ativos e a decorrer na instituição.

O montante apresentado em 2023 no PORA 2020 CO3SO foi recebido pela SCMP durante o ano de 2024, devido à contratação de 2 técnicos superiores especializados para a resposta social ERPI.

O valor apresentado em 2023 PORA 2020 – Realidade Virtual foi também recebido pela SCMP pelo desenvolvimento do projeto realidade virtual. Este montante liquidou os valores que foram apresentados pela empresa V2work que implementou todo o projeto na instituição.

O valor do MVS – Aquisição Viatura Elétrica SAD representa a parte final do valor a receber do financiamento do projeto Mobilidade Verde Social.

14 - FUNDOS PATRIMONIAIS

Os movimentos relevantes registados na rubrica de Fundos Patrimoniais, são os seguintes:

Fundos patrimoniais	31-12-2024	31-12-2023
Capital	1 344 097,96	1 344 097,96
Resultados Transitados	646 976,38	739 054,54
Outras Variações no Capital Próprio	349 612,10	369 315,15
Resultado Líquido no período	-74 392,34	-92 078,16
Total	2 266 294,10	2 360 389,49

Na conta 562 – Resultados Transitados – foi registado o resultado líquido do ano anterior.

Na conta 593 – Subsídios – foram registados os ganhos do exercício resultantes dos subsídios do estado para financiamento de obras e equipamentos, decorrentes dos programas financiados através do Programa Saúde XXI e do Fundo Rainha D. Leonor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e ainda do valor de investimento do projeto da Mobilidade Verde Social – veículo elétrico para SAD.

15 - SUBSÍDIOS DO GOVERNO RELACIONADOS COM ATIVOS

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos, são reconhecidos no capital próprio e são creditados na demonstração dos resultados, em quotas constantes, durante o período estimado de vida útil dos ativos com os quais se relacionem.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi reposto em rendimento (#7883) o valor que se segue:

Fonte de Financiamento	Rsocial	Descrição do bem	2024	2023
POS Saúde XXI	Ucci	Obras	8 185,82	8 185,82
FRDL	ERPI	Sistema Aquecimento	6 716,70	6 716,70
Mobilidade Verde Social	SAD	Veículo Eléctrico	4 800,53	4 000,02
Total			19 703,05	18 902,54

Os subsídios à exploração encontram-se explanados na nota 23.

16 - FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2024 a rubrica de fornecedores c/c decompõe-se da seguinte forma:

Fornecedores	31-12-2024	31-12-2023
OCP Portugal	62 919,08	50 572,88
J. Saragoça Lda.	2 430,84	3 249,69
Hasse Limitada	2 758,94	3 411,53
Cooperativa Agrícola Portel CRL	2 328,65	1 730,22
Alliance Unichem	3 024,93	3 564,63
Alquimed	1 918,82	2 998,84
Air Liquide	1 023,55	307,50
Delta Data Lda	2 519,04	1 260,75
Frutas Rosibela Capuchos Lda	541,52	1 310,59
Vínculo Original	2 486,17	2 486,17
Quimisinga	322,39	457,40
Iberdrola	192,55	92,88
APH	512,76	249,46
Talhos Premium Sa	2 368,46	1 259,77
Tabela Indispensável Lda	796,48	981,66
Previgarb Engenharia e Segurança Lda	2 291,59	2 401,81

Portel Cash Unipessoal Lda	2 351,79	1 389,29
Rubis	6 814,47	
Botelho & Rodrigues Lda	681,29	2 867,41
Outros Fornecedores C/C	50 240,31	38 655,96
Total	148 523,63	119 248,44

Durante o ano de 2024, regularizaram-se sempre dentro dos prazos de pagamento, as dívidas a fornecedores.

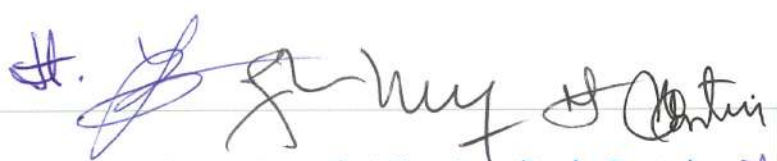
17 - CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 a rubrica financiamentos obtidos decompõe-se da seguinte forma:

Financiamentos obtidos	31-12-2024		31-12-2023	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários:				
Empréstimo CCAM 120 000 €	0,00	0,00	2 634,97	0,00
Empréstimo CCAM 9 000 €	201,19	0,00	2 543,23	0,00
Empréstimo Montepio 150 000 €	30 000,00	50 000,00	30 000,00	80 000,00
Empréstimo Montepio 250 000 €	33 333,33	216 666,67		
Total	63 534,52	266 666,67	35 178,20	80 000,00

No final de 2023 a SCMP detinha 3 empréstimos bancários ativos. O empréstimo da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Crl. de 120 000,00 € foi totalmente pago durante o ano de 2024. O empréstimo de menor valor foi efetuado para aquisição de um novo servidor para a Farmácia da Misericórdia e apresenta um saldo residual de 201,19 €.

O empréstimo no Banco Montepio, foi efetuado para amenizar as dificuldades de Tesouraria verificada na SCMP. O período da pandemia veio aumentar essa dificuldade. O aumento da massa salarial disponível mensalmente, bem como da aquisição de grandes quantidades de EPI's para a realização dos trabalhos fundamentais dentro da instituição, foram os principais motivos para a Mesa Administrativa tomar a decisão de se recorrer ao crédito bancário. O



empréstimo foi contratado com condições bastante favoráveis para a SCMP e ainda com a vantagem de existir a possibilidade de não liquidação do mesmo durante 1 ano (período de carência).

Foi ainda durante o ano de 2024, efetuado um novo empréstimo bancário no montante de 250.000,00 € junto da instituição Banco Montepio – Linha de Crédito Impacto Social, aproveitando a possibilidade de financiamento a juros bastante favoráveis e que tem como finalidade realizar obras de conservação e melhoramento nos edifícios da Santa Casa da Misericórdia de Portel.

Todos os empréstimos estão a ser liquidados dentro do prazo, sem qualquer renda em atraso

18 – OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Outras passivos correntes	31-12-2024	31-12-2023
Cientes Credores	15 587,75	9 306,73
Pessoal, Processos tribunal, Sindicatos	0,00	433,23
Direito a Férias e Férias	190 129,96	185 751,68
Seg Social Drt Férias e Férias	42 398,98	41 422,32
Sub Turno Anos Anteriores	0,00	0,00
Outros Credores - Utentes	124 542,31	115 121,01
Acréscimo Eletricidade Telefone Água	8 474,00	13 150,22
Outros Devedores e Credores - Trab Independentes	874,00	387,50
Outros Devedores e Credores	8 443,61	5 346,44
Total	390 450,61	370 919,13

Na conta Credores por acréscimos de gastos apresentam-se os valores referentes ao direito a férias e subsídio de férias e, respetivos encargos sociais, referentes ao ano de 2024 e a pagar em 2025.



Na conta Outros Credores - Utentes estão representados os valores de guarda dos utentes em posse da instituição. Estes valores representam as poupanças dos utentes e surgem da diferença entre o valor recebido da pensão, o valor da fatura da resposta social e demais gastos, na maioria dos casos 85% dos rendimentos.

Nos acréscimos de gastos com eletricidade, comunicações e água apresentam-se os valores das faturas de janeiro de 2025, referentes aos gastos verificados no mês de dezembro.

Cumpre-se assim a especialização do exercício, trazendo para o ano 2024 os gastos verificados no exercício, que só são verificados / faturados no exercício seguinte de 2025.

19 - VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

As vendas e prestações de serviços durante o ano de 2024, foram os seguintes:

Vendas e Serviços Prestados	2024	2023
Vendas Medicamentos e Serviços Farmácia	1 199 962,58	1 121 685,14
Serviços Prestados Utentes Lar+Vendas Fraldas	1 328 690,57	1 242 474,52
Serviços Prestados Centro Dia	21 654,62	1 615,71
Serviços Prestados Apoio Domiciliário	53 913,69	55 902,39
Serviços Prestados UCCI	785 407,21	726 163,28
Serviços Administração / Culto		
Total	3 389 628,67	3 147 841,04

No ano de 2024, verificou-se no volume de negócios total (vendas e prestações de serviços), de todas as respostas sociais e atividades, um aumento de 241.787,63 € (7,68 %), comparativamente ao ano anterior.

[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

Verificou-se a abertura da resposta social de Centro de Dia no pós pandemia o que resultou de um acréscimo na faturação durante o ano de 2024, apresentando o valor de 21.654,62 € verificando-se um acréscimo comparativamente ao ano de 2023 no valor de 20.038,91 €.

Na resposta social SAD verificou-se uma variação negativa de -1.988,70 € (-3,56%) face ao ano anterior.



Na UCCI verificou-se uma variação positiva dos valores recebidos pelos serviços prestados aos utentes. Durante o ano de 2024, a ocupação das camas dessa resposta social foi constante e manteve-se totalmente ocupada. O Valor total de serviços prestados desta resposta social cresceu 8,16% (59.243,93 €) face ao ano anterior.

Na Farmácia da Misericórdia de Portel após ter integrado o grupo ADDO em 2019, entrou numa fase de consolidação das suas vendas / resultados. Numa população como a do concelho de Portel, onde as pessoas e as empresas que estão no mesmo ramo de negócio são as mesmas, torna-se difícil inovar e melhorar as vendas e os resultados. Tudo tem sido feito para inovar e conseguir dar uma melhor e maior resposta à população do concelho, melhorando assim as vendas da Farmácia. Durante o ano de 2024 verificou-se um aumento das vendas face ao ano anterior de 78.277,44 € (6,98 %).

20 - SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

A Misericórdia beneficiou dos seguintes subsídios no decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024:

Comparticipações e Sub. Exploração	2024	2023
Comparticipações ERPI		46 470,58
Comparticipações Centro de Dia		
Comparticipações Apoio Domiciliário		33,68
Farmácia		525,67

H.  

Santa Casa da Misericórdia de Portel

Relatório de Gestão 2024

Subsídios UCCI - ARS e SS		1 538,08
Subsídios Outras Entidades		383,60
Subsídios - IEFP	16 078,50	
PORA Realidade Virtual	48 048,36	
Doações e Heranças Espólios	18 563,49	
Total	82 690,35	48 951,61



Os subsídios / participações apresentadas, são recebidos pela Santa Casa da Misericórdia de Portel conforme os acordos em vigor com a Segurança Social, com a ARS Alentejo e outras entidades (PSP, GNR, Seguradoras) no caso da Unidade de Cuidados Continuados Integrados.

De referir ainda que ao longo do ano de 2024, manteve-se o acordo com a Segurança Social da reserva de mais 8 vagas para colocação de utentes pela Segurança Social. Nesta situação a Segurança Social além da participação paga no acordo, financia também o diferencial entre o custo médio do utente e o valor do somatório da participação anteriormente referida e o pagamento dos 85% do valor pago pelo utente.

Resposta Social	2024			2023		
	Utentes	Acordos	Vagas SS	Utentes	Acordos	Vagas SS
Estrutura Residencial Pessoas Idosas	83	83	8	83	83	8
Centro Dia	3	10		0	10	
Serviço de Apoio Domiciliário	8	20		9	20	
Ucci - Média duração	10	10		9	10	
Ucci - Longa duração	13	13		13	13	
Total	117	136	8	114	136	8

Os valores comparticipados pela Segurança Social nas respostas sociais ERPI, CD e SAD foram os seguintes:

Resposta Social	Comparticipação Utente/mês	
	2024	2023
Estrutura Residencial Pessoas Idosas	573,53	503,54
Centro Dia	167,17	149,94
Serviço de Apoio Domiciliário	350,23	317,58

Subsídios / participações da Unidade de Cuidados Continuados Integrados

(decreto lei 220/2011 de 1 de Junho)

No caso da Unidade de Cuidados Continuados Integrados as participações são recebidas consoante a taxa de ocupação da UCCI, dependendo da tipologia e também consoante os rendimentos dos utentes/agregado familiar.

Em relação aos valores a pagar pelos utentes, na tipologia de longa duração e manutenção o valor a pagar por utente/dia é de 43,64 € e na tipologia média duração e reabilitação é de 23,39 € utente/dia.

Se não existir capacidade do utente para suportar os valores atrás referidos a Segurança Social participará o remanescente.

Caso não exista ocupação total dos dias, sendo a ocupação da resposta social superior a 85%, a segurança social efetua uma participação adicional, pelo valor total atrás referido, do número de utentes/dia em falta, por tipologia.

Há ainda a referir que para a tipologia de longa duração e manutenção a segurança social efetua o pagamento de 1,44 € utente/dia para apoio aos consumos de fraldas dos utentes.

As participações da ARS Alentejo referentes às diárias de internamento, são de 38,40 € utente/dia, para a tipologia de longa duração e manutenção e de 79,36 € utente/dia, para a tipologia de média duração e reabilitação. Nestes valores estão já incluídos os valores anteriormente pagos como participação de medicamentos e material penso.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Há ainda a referir caso não exista ocupação total dos dias, sendo a ocupação superior a 85%, a ARS Alentejo efetua uma comparticipação adicional, pelo valor total da diária de internamento do número de utentes/dia em falta, por tipologia.

Entidades	Comparticipações	Média Duração		Longa Duração	
		2024	2023	2024	2023
Seg. Social	Comparticipação Utente / Dia	23,39 €	23,39 €	43,64 €	43,64 €
	Consumos Fraldas			1,44 €	1,44 €
ARS	Comparticipação Utente / Dia	79,36 €	65,84 €	38,40 €	26,79 €
	Comp. Medicamentos, apósitos e material penso		13,52 €		11,61 €

21 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os fornecimentos e serviços externos por família e por conta são assim decompostos:

FSE	2024	2023	Variação	%
Serviços Especializados	184 620,60	209 370,50	-24 749,90	-11,82%
Materiais	27 374,08	24 458,52	2 915,56	11,92%
Energia e Flúidos	161 662,19	146 246,17	15 416,02	10,54%
Deslocações Estadas e Transportes	250,00	31,11	218,89	0,00%
Serviços Diversos	160 118,64	139 929,97	20 188,67	14,43%
Total	534 025,51	520 036,27	13 989,24	2,69%

Conta	FSE	2024	2023
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	534 025,51	520 036,27
622	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	184 620,60	209 370,50
6221	TRABALHOS ESPECIALIZADOS	48 318,97	73 731,65
622101	Serviços Clínicos	4 000,00	0,00
622102	Serv Analises Clinicas	3 655,66	3 649,01
622104	Gestão Resíduos Hospitalares	4 667,50	4 345,51
622105	Prest Serv Prg Farmacias Portuguesas	9 533,22	7 977,65
622109	Trabalhos Especializados diversos	26 462,59	57 759,48
6222	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	951,00	919,02
6223	VIGILANCIA E SEGURANCA	2 498,55	2 798,27
6224	HONORARIOS	52 572,00	69 856,00
622402	Honorários Enfermagem	43 292,00	59 252,00
622403	Honorários Terapia da Fala	2 052,00	2 922,00
622404	Honorários Nutricionista	2 208,00	2 352,00
622405	Honorários Advogados	3 690,00	3 690,00
622409	Honorarios Diversos	1 330,00	1 640,00
6226	CONSERVACAO E REPARACAO	58 302,00	42 860,78
622601	Conservação Reparação Equip Básico	4 328,32	80,00
622602	Cons Rep Veiculos	1 705,94	3 040,64
622603	Cons Rep Elevadores	2 846,16	4 482,70
622604	Cons Rep Sistema Avac	2 740,12	3 592,20
622605	Conservacao Edificios	32 587,80	11 642,73
622609	Cons Reparacoes diversas	14 093,66	20 022,51
6227	Assistência técnica	16 809,49	14 622,88
622701	Assist Tecnica Equip Basicos	4 473,27	3 088,42
622702	Assistencia Tecnica Informatca	6 173,82	6 264,56
622703	Assistencia Tecnica Elevadores	5 823,93	5 269,90
622709	Assist Tecnica Diversa	338,47	0,00
6228	Trab Especializados Diversos	5 168,59	4 581,90
622807	Serviços Bancários	3 183,40	2 853,74
622808	Tx Multibanco	1 985,19	1 728,16
623	MATERIAIS	27 374,08	24 458,52
6231	FERRAMENTAS E UTEN. DESCASTE RAPIDO	14 063,92	13 820,87
6232	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	0,00	1 648,01
6233	MATERIAL DE ESCRITORIO	7 390,66	7 447,67
623301	Impressoes multifuncoes	1 225,23	1 311,33
623309	Material Escritorio Diverso	6 165,43	6 136,34
6234	ARTIGOS PARA OFERTA	5 919,50	1 541,97
6238	Outros	0,00	0,00
624	ENERGIA E FLUIDOS	161 662,19	146 246,17
6241	ELECTRICIDADE	106 101,65	109 624,88
6242	COMBUSTIVEIS	4 271,56	4 202,39
624201	Gasoleo	4 271,56	4 202,39
6243	AGUA	15 954,38	17 282,00
6248	OUTROS FLUIDOS	35 334,60	15 136,90
62482	GAS	35 334,60	15 136,90
625	DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES	250,00	31,11
6251	DESLOCACOES E ESTADAS	250,00	0,00
62512	Utentes	250,00	0,00
6253	TRANSPORTES DE MERCADORIAS	0,00	31,11
625302	Transporte Mercadorias	0,00	31,11
626	SERVIÇOS DIVERSOS	160 118,64	139 929,97
6261	RENDAS E ALUGUERES	3 610,96	6 940,60
626101	Renda Aluguer Equip Multifuncoes	2 282,56	5 707,76
626109	Renda Aluguer Diversos	1 328,40	1 232,84
6262	COMUNICACAO	5 135,85	5 036,05
626201	Fixas / Internet / TV	3 582,38	3 543,31
626203	Correio	1 553,47	1 492,74
6263	SEGUROS	10 653,84	9 493,13
626301	Seguro Incendio	2 204,39	1 899,39
626302	Seguro Automovel	2 164,24	1 908,40
626303	Seg Responsabilidade Civil	2 278,47	2 119,77
626305	Seguro Multiusos	3 534,71	3 093,54
626309	Outros Seguros	472,03	472,03
6265	CONTENCIOSO E NOTARIADO	70,00	670,22
6266	DESPEAS DE REPRESENTACAO	102,50	616,80
6267	LIMPEZA, HIGIENE E CONFORTO	94 630,66	85 275,83
626701	Higiene Utentes	35 045,14	31 538,67
626702	Produtos Limpeza Instalacoes	16 942,20	11 436,93
626703	Produtos Lavandaria	18 360,59	17 093,52
626704	Prod Limpeza Higiene Cozinha	7 537,86	7 499,34
626705	Limpeza Higiene Conforto Diversos	5 557,79	5 933,80
626709	Outros Produtos Limpeza Higiene	11 187,08	11 773,57
6268	OUTROS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS	45 914,83	31 897,34
626801	Enc Saude Utentes - Medicamentos	15 529,11	17 207,58
626802	Enc Saude Utentes - Prod Tratamento	20 699,45	10 442,23
626803	Enc Saude Utentes - Prod Nutricao	0,00	90,82
626804	Enc Saude Utentes - Outros	1 393,68	888,49
626805	Rouparia	5 195,46	1 841,05
626809	Outros Forn Servicos Diversos	3 097,13	1 427,17

H. Espírito Santo

Santa Casa da Misericórdia de Portel

Relatório de Gestão 2024

Dos valores apurados nos Fornecimentos e Serviços Externos, os que apresentam uma maior variação face ao ano anterior são:

Conservação de Edifícios, aumentaram face ao ano anterior 100 % o que representa em termos de valor 20.945,07 €. Foram efetuadas diversas obras em Edifícios da SCMP.

A contratação enfermeiros a prestação serviços significou para a instituição neste ano uma diminuição dos valores pagos face ao ano anterior de -15.960,00 € (-26,94 %)

Devido à dificuldade em contratar a tempo inteiro estes de profissionais (há um déficit no mercado), inclusivamente os existentes e contratados pela SCMP ao longo dos anos têm saído para outras entidades (principalmente hospitais centrais), houve a necessidade no ano de 2024, em contratar profissionais à tarefa. Estas pessoas têm contratos com outras entidades e só quando existe disponibilidade da sua parte, vêm prestar serviços à UCCI (caso haja necessidade). Em 2024 verificou-se uma diminuição deste tipo de serviços.

Por outro lado, a falta de profissionais nesta profissão deixou em aberto alguns lugares disponíveis a serem ocupados, que foram colmatados pelo trabalho dos enfermeiros afetos à Resposta Social e que foram ressarcidos através de trabalho extraordinário.

Energia e Flúidos – Verificou-se nesta rúbrica um decréscimo dos valores gastos no montante de 15 416,02 € (10,54%). De notar o aumento dos gastos com o Gás que no ano de 2024 representou 20.197,70 € (133,43 %)

Limpeza, Higiene e Conforto – Nesta rúbrica verificou-se um aumento generalizado dos gastos sendo o Higiene Utentes 3.506,47 € (11,12%), Produtos Limpeza Instalações 5.505,27 € (48,14%) e Produtos de Lavandaria 1.267,07 € (7,41%).



Outros fornecimentos e serviços – Comparativamente ao ano anterior verificou-se um aumento dos valores gastos nesta rubrica face ao ano anterior, principalmente Enc Saude Utentes - Prod Tratamento 10.257,22 € (98,23%) e na rubrica Rouparia com um acrescimo de 3.354,41 € (182,20%).

22 – BENEFICIOS DOS EMPREGADOS

O número de membros dos órgãos sociais de gestão, nos períodos de 2024 e 2023, foram 13 elementos.

Os órgãos sociais da Misericórdia não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número de pessoas ao serviço da Entidade:

-31/12/2024 foi de “99”

-31/12/2023 foi de “102”

GASTOS COM O PESSOAL

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica gastos com o pessoal:

Pessoal	2024	2023	Varição	%
Remunerações	1 096 320,92	943 764,05	152 556,87	16,16%
Subsidio Alimentação	123 921,20	101 558,20	22 363,00	22,02%
Remunerações Adicionais	129 475,01	129 370,81	104,20	0,08%
Subsidio Férias	107 108,88	109 136,11	-2 027,23	-1,86%
Subsidio Natal	95 047,86	83 477,16	11 570,70	13,86%
Encargos Sociais	318 137,55	283 225,55	34 912,00	12,33%
Seguros Acidentes Trabalho	10 039,48	9 748,65	290,83	2,98%
Outros Gastos com o pessoal	10 669,07	7 472,64	3 196,43	42,78%
Total	1 890 719,97	1 667 753,17	222 966,80	13,37%

[Handwritten signatures]

Em todas as rubricas dos gastos com o pessoal verificou-se um aumento dos gastos, exceto nos Subsídio de Férias. De referir que no ano de 2024 devido ao aumento do SMN - Salário Mínimo Nacional, da atualização dos vencimentos de todos os trabalhadores na mesma proporção do SMN .

Na análise geral aos Gastos com o Pessoal, verificou-se um aumento de 13% em 2024, comparativamente ao ano anterior. Gastou-se em 2024 mais 222.966,80 €.

Esses aumentos inflacionaram também todos as outras remunerações e encargos que têm por base o valor das remunerações (horas extraordinárias, subsídios de turno e TSU).

23 - OUTROS RENDIMENTOS

Os outros rendimentos são assim decompostos:

Outros rendimentos	2024	2023	Varição	%
Rendimentos Suplementares	8 737,01	5 964,66	2 772,35	46,48%
Descontos p.p obtidos			0,00	
Rendas e Outros Rendimentos	21 222,01	22 240,98	-1 018,97	-4,58%
Diferenças relativas anos anteriores	2 753,17	245,00	2 508,17	1023,74%
Subsídios Investimento	19 703,05	18 902,54	800,51	4,23%
Outros (Quotizações)	9 031,00	9 138,00	-107,00	-1,17%
Juros, dividendos e outros rendimentos	8 889,43	5 257,82	3 631,61	69,07%
Total	70 335,67	61 749,00	8 586,67	13,91%

Há a salientar que em 2024 na rubrica rendimentos suplementares estão contabilizados a utilização por particulares da Igreja da Misericórdia enquanto capela mortuária. Estão ainda contabilizados os valores transferidos pela Vitalaire e Acail Gas para fazer face aos montantes

St. B. G. H. J. K. L. M. N. O. P. Q. R. S. T. U. V. W. X. Y. Z.

despendidos com a eletricidade dos equipamentos individuais de cada utente que faz oxigénio obrigatoriamente.

As quotas sofreram uma variação de -107,00 € (-1,17%) face ao ano anterior. Durante o ano de 2024, o valor dos donativos foi contabilizado na conta 753 Doações e Heranças conforme o código das contas ESNL.

24 - OUTROS GASTOS

Os outros gastos são assim decompostos:

Outros gastos e perdas	2024	2023	Varição	%
Impostos	10 783,13	9 626,50	1 156,63	12,02%
Descontos pp concedidos			0,00	
Perdas em inventários	6 541,31	6 353,47	187,84	2,96%
Alienação Ativos Tangíveis		37 197,38	-37 197,38	100,00%
Dividas incobráveis		5 841,29	-5 841,29	-100,00%
Outros Gastos e perdas	14 660,82	3 329,00	11 331,82	340,40%
Outras Perdas Financeiras		123,53	-123,53	-100,00%
Total	31 985,26	62 471,17	-30 485,91	

Nestas rubricas é de referir o valor de "Outros Gastos e Perdas" principalmente nas regularizações efetuadas em correções desfavoráveis de anos anteriores 11.331,82 €.

25 - JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Os juros e gastos similares suportados são assim decompostos:

Juros e gastos similares suportados	2024	2023
Juros suportados empréstimos bancários	11 208,47	6 310,44
Outros gastos e perdas financiamento	31,42	
Total	11 239,89	6 310,44

Em 2024 iniciou-se o pagamento dos juros do novo empréstimo de 250.000,00 € ao Banco Montepio, contratado em junho do referido ano.

26- PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Não existe qualquer situação à data de 31 de dezembro de 2024 que necessite da realização de uma provisão.

Existem situações pendentes de resolução que poderão dar origem a ativos e passivos contingentes.

Ações judiciais em curso

1 - Processo n.º 103/15.7BEBJA que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja o processo foi remetido pelo Tribunal Judicial de Évora que se declarou incompetente, tendo origem no proc. n.º 35/14.6 TBPRL em que a empresa Vínculo Original intentou uma ação de condenação contra a Santa Casa da Misericórdia de Portel por falta de cumprimento de um contrato de empreitada.

A empresa propôs um valor que a SCMP contestou.

Aguarda-se despacho do Juiz para marcação de diligência.

2 - Proc. n.º177/11.0BEBJA Tribunal Central Administrativo Sul:

Recorrente: Cristina Camões – Farmácia Unipessoal, Lda

Recorrido : Infarmed

Contrainteressado: Santa Casa Misericórdia de Portel

A Recorrente apresentou recurso da sentença final,

A Santa Casa apresentou contra-alegações de recurso em 21/11/2018,

Aguarda acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul.

3 - Proc. n.º 232/24.6T8EVR – Juízo do Trabalho de Évora, Tribunal Judicial da Comarca de Évora

Processo de duas trabalhadoras em que a SCMP se apresenta como Ré.

A R. Santa Casa apresentou contestação aos processos intentados por ambas as trabalhadoras.

Aguarda-se que seja proferida sentença.

27 – RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS

Hipoteca do prédio do loteamento Horta da Cruz lote 1 em Portel como garantia do empréstimo da Caixa Geral de Depósitos – Agência de Portel. Devido à liquidação total do empréstimo atrás referido, efetuou a SCMP o cancelamento da hipoteca do referido prédio, através de requerimento junto da entidade bancária.

28 - ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pela Mesa Administrativa no dia 7 de abril de 2025.

29 – OUTRAS DIVULGAÇÕES

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas (ROC), para 2024, foram de 4 000,00 €

[Handwritten signature]

Santa Casa da Misericórdia de Portel

Relatório de Gestão 2024

30 – APLICAÇÃO RESULTADOS

No uso da sua competência legal e estatutária, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Portel, propõe que a Assembleia Geral delibere:

- Aprovar o Relatório e Contas de 2024;
- Que o Resultado Líquido do Exercício de 2024, no montante de -74.392,34 €, seja transferido para “Resultados Transitados”.

[Handwritten signature]

Santa Casa da Misericórdia de Portel

Relatório de Gestão 2024

[Handwritten signature]

Santa Casa da Misericórdia de Portel

BALANCETES

BALANCETE RAZÃO DEZEMBRO

BALANCETE RAZÃO REGULARIZAÇÃO EXERCÍCIO

BALANCETE RAZÃO FINAL

[Handwritten signature]

Santa Casa da Misericórdia de Portel

Relatório de Gestão 2024

[Handwritten signature]

29 – BALANCETE RAZÃO DEZEMBRO

Balancete do Razão - Contabilidade Geral

Mês: Dezembro

CONTA		VALORES MENSAIS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
Cód.	Descrição	Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Devedores	Credores
11	CAIXA	77.225,07	76.515,10	554.476,48	551.925,85	2.550,63	
12	DEPOSITOS A ORDEM	401.266,08	379.472,85	4.660.124,24	3.945.123,53	715.000,71	
14	OUTROS INSTRUMENTOS FINANC	41,88		1.784,15		1.784,15	
21	CLIENTES	262.484,80	298.611,26	3.274.120,48	3.131.352,55	170.154,71	27.386,78
22	FORNECEDORES	172.609,22	162.476,88	1.739.798,47	1.879.769,78	8.552,32	148.523,63
23	PESSOAL	108.221,56	110.075,56	1.316.338,69	1.316.753,99		415,30
24	SECTOR PUBLICO ADMINISTRATIV	114.526,20	89.047,23	850.569,22	901.774,04	11.002,86	62.207,68
25	EMPRESTIMOS OBTIDOS	2.700,22		34.977,01	365.178,20		330.201,19
27	OUTROS DEVEDORES E CREDORES	145.584,56	346.034,22	1.141.599,41	1.430.302,91	96.025,06	384.728,56
28	DIFERIMENTOS	35.197,84	92,22	119.966,81	120.173,25	9.421,08	9.627,52
31	COMPRAS	84.493,01	3.425,00	1.105.592,40	38.880,27	1.098.802,06	32.089,93
32	MERCADORIAS		525,51	115.407,79	1.370,21	114.037,58	
33	MATERIAS PRIMAS E DE CONSUM			23.527,15		23.527,15	
38	RECLASSIFICACAO E REGULARIZAC				5.171,10		5.171,10
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS			14.927,49	750,00	14.927,49	750,00
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS		7.794,17	4.868.551,40	2.874.830,20	4.868.551,40	2.874.830,20
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS			3.247,09	3.247,09	3.247,09	3.247,09
45	INVESTIMENTOS EM CURSO			69.960,12		69.960,12	
51	CAPITAL				1.344.097,96		1.344.097,96
56	RESULTADOS TRANSITADOS			92.078,16	739.054,54		646.976,38
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL F	19.703,05		19.703,05	369.315,15		349.612,10
62	FORNECIMENTOS E SERVICOS EX	87.750,14	35.020,60	574.040,92	46.928,80	527.112,12	
63	GASTOS COM O PESSOAL	374.042,54		1.893.136,24	2.416,27	1.890.719,97	
64	GASTOS DE DEPRECIACÃO E AMOR	7.794,17		92.958,34		92.958,34	
65	PERDAS POR IMPARIDADE	2.683,00		2.683,00		2.683,00	
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	12.849,72		31.985,11		31.985,11	
69	Gastos e Perdas de Financiamento	1.352,38		11.240,04		11.240,04	
71	VENDAS	70,12	101.835,35	904,46	1.229.222,21	606,36	1.228.924,11
72	PRESTACOES DE SERVICOS	5.307,24	245.450,43	21.288,09	2.182.599,01		2.161.310,92
75	COMPARTICIPACAO E SUBS. A EX		32.112,38		82.690,35		82.690,35
76	Reversões		321,00		1.681,00		1.681,00
77	GANHOS POR AUMENTOS DE JUS		41,88		41,88		41,88
78	Outros Rendimentos e Ganhos		27.008,12		70.247,20		70.247,20
79	Juros, Dividendos e outros rendimen		43,04		88,47		88,47
81	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍ			92.078,16	92.078,16		
Total geral:		1.915.902,80	1.915.902,80	22.727.063,97	22.727.063,97	9.764.849,35	9.764.849,35

[Handwritten signature]

Santa Casa da Misericórdia de Portel

Relatório de Gestão 2024

[Handwritten signature]

30 - BALANCETE RAZÃO REGULARIZAÇÃO EXERCÍCIO

Balancete do Razão - Contabilidade Geral

Mês: 13º

(Euros)

CONTA		VALORES MENSAIS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
Cód.	Descrição	Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Devedores	Credores
11	CAIXA			554.476,48	551.925,85	2.550,63	
12	DEPOSITOS A ORDEM			4.660.124,24	3.945.123,53	715.000,71	
14	OUTROS INSTRUMENTOS FINANC			1.784,15		1.784,15	
21	CLIENTES			3.274.120,48	3.131.352,55	170.154,71	27.386,78
22	FORNECEDORES			1.739.798,47	1.879.769,78	8.552,32	148.523,63
23	PESSOAL			1.316.338,69	1.316.753,99		415,30
24	SECTOR PUBLICO ADMINISTRATIV			850.569,22	901.774,04	11.002,86	62.207,68
25	EMPRESTIMOS OBTIDOS			34.977,01	365.178,20		330.201,19
27	OUTROS DEVEDORES E CREDORES			1.141.599,41	1.430.302,91	96.025,06	384.728,56
28	DIFERIMENTOS			119.966,81	120.173,25	9.421,08	9.627,52
31	COMPRAS	32.089,93	1.098.802,06	1.137.682,33	1.137.682,33		
32	MERCADORIAS	870.239,06	869.732,60	985.646,85	871.102,81	114.544,04	
33	MATERIAS PRIMAS E DE CONSUM	254.560,01	255.596,77	278.087,16	255.596,77	22.490,39	
38	RECLASSIFICACAO E REGULARIZAC	5.171,10		5.171,10	5.171,10		
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS			14.927,49	750,00	14.927,49	750,00
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS			4.868.551,40	2.874.830,20	4.868.551,40	2.874.830,20
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS			3.247,09	3.247,09	3.247,09	3.247,09
45	INVESTIMENTOS EM CURSO			69.960,12		69.960,12	
51	CAPITAL				1.344.097,96		1.344.097,96
56	RESULTADOS TRANSITADOS			92.078,16	739.054,54		646.976,38
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL F			19.703,05	369.315,15		349.612,10
61	CUSTO MERC.VENDIDAS E MAT. C	1.055.157,94		1.055.157,94		1.055.157,94	
62	FORNECIMENTOS E SERVICOS EX	6.913,39		580.954,31	46.928,80	534.025,51	
63	GASTOS COM O PESSOAL			1.893.136,24	2.416,27	1.890.719,97	
64	GASTOS DE DEPRECIACÃO E AMOR			92.958,34		92.958,34	
65	PERDAS POR IMPARIDADE			2.683,00		2.683,00	
68	OUTROS GASTOS E PERDAS			31.985,11		31.985,11	
69	Gastos e Perdas de Financiamento			11.240,04		11.240,04	
71	VENDAS			904,46	1.229.222,21	606,36	1.228.924,11
72	PRESTACOES DE SERVICOS			21.288,09	2.182.599,01		2.161.310,92
75	COMPARTICIPACAO E SUBS. A EX				82.690,35		82.690,35
76	Reversões				1.681,00		1.681,00
77	GANHOS POR AUMENTOS DE JUS				41,88		41,88
78	Outros Rendimentos e Ganhos				70.247,20		70.247,20
79	Juros, Dividendos e outros rendimen				88,47		88,47
81	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍ			92.078,16	92.078,16		
Total geral:		2.224.131,43	2.224.131,43	24.951.195,40	24.951.195,40	9.727.588,32	9.727.588,32

[Handwritten signature]

Santa Casa da Misericórdia de Portel

Relatório de Gestão 2024

[Handwritten signature]

31 - BALANCETE RAZÃO FINAL

Balancete do Razão - Contabilidade Geral

Mês: 15º

(Euros)

Cód.	CONTA Descrição	VALORES MENSAIS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
		Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Devedores	Credores
11	CAIXA			554.476,48	551.925,85	2.550,63	
12	DEPOSITOS A ORDEM			4.660.124,24	3.945.123,53	715.000,71	
14	OUTROS INSTRUMENTOS FINANC			1.784,15		1.784,15	
21	CLIENTES			3.274.120,48	3.131.352,55	170.154,71	27.386,78
22	FORNECEDORES			1.739.798,47	1.879.769,78	8.552,32	148.523,63
23	PESSOAL			1.316.338,69	1.316.753,99		415,30
24	SECTOR PUBLICO ADMINISTRATIV			850.569,22	901.774,04	11.002,86	62.207,68
25	EMPRESTIMOS OBTIDOS			34.977,01	365.178,20		330.201,19
27	OUTROS DEVEDORES E CREDORES			1.141.599,41	1.430.302,91	96.025,06	384.728,56
28	DIFERIMENTOS			119.966,81	120.173,25	9.421,08	9.627,52
31	COMPRAS			1.137.682,33	1.137.682,33		
32	MERCADORIAS			985.646,85	871.102,81	114.544,04	
33	MATERIAS PRIMAS E DE CONSUM			278.087,16	255.596,77	22.490,39	
38	RECLASSIFICACAO E REGULARIZAC			5.171,10	5.171,10		
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS			14.927,49	750,00	14.927,49	750,00
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS			4.868.551,40	2.874.830,20	4.868.551,40	2.874.830,20
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS			3.247,09	3.247,09	3.247,09	3.247,09
45	INVESTIMENTOS EM CURSO			69.960,12		69.960,12	
51	CAPITAL				1.344.097,96		1.344.097,96
56	RESULTADOS TRANSITADOS			92.078,16	739.054,54		646.976,38
59	OUTRAS VARIACÕES NO CAPITAL F			19.703,05	369.315,15		349.612,10
61	CUSTO MERC.VENDIDAS E MAT. C			1.055.157,94	1.055.157,94		
62	FORNECIMENTOS E SERVICOS EX			580.954,31	580.954,31		
63	GASTOS COM O PESSOAL			1.893.136,24	1.893.136,24		
64	GASTOS DE DEPRECIACÃO E AMOR			92.958,34	92.958,34		
65	PERDAS POR IMPARIDADE			2.683,00	2.683,00		
68	OUTROS GASTOS E PERDAS			31.985,11	31.985,11		
69	Gastos e Perdas de Financiamento			11.240,04	11.240,04		
71	VENDAS			1.229.828,57	1.229.828,57		
72	PRESTACOES DE SERVICOS			2.182.599,01	2.182.599,01		
75	COMPARTICIPACAO E SUBS. A EX			82.690,35	82.690,35		
76	Reversões			1.681,00	1.681,00		
77	GANHOS POR AUMENTOS DE JUS			41,88	41,88		
78	Outros Rendimentos e Ganhos			70.247,20	70.247,20		
79	Juros, Dividendos e outros rendimen			88,47	88,47		
81	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍ	74.392,34	74.392,34	3.785.846,77	3.711.454,43	74.392,34	
Total geral:		74.392,34	74.392,34	32.189.947,94	32.189.947,94	6.182.604,39	6.182.604,39

St. P. ... de Portel

Santa Casa da Misericórdia de Portel

Relatório de Gestão 2024

NOTAS:

[Handwritten signature]

H. *[Handwritten signature]* *[Handwritten signature]* *[Handwritten signature]*

Santa Casa da Misericórdia de Portel

Relatório de Gestão 2024

[Handwritten signature]

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PORTEL

CC 41219 – LUÍS GUILHERME GUSMÃO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PORTEL**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de **3.207.304,73** euros e um total de fundos patrimoniais de **2.266.294,10** euros, incluindo um resultado líquido negativo de **74.392,34** euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PORTEL** em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

10 de abril de 2025

TELES, SANTINHO & ASSOCIADO, SROC, Lda.,

representada por

Andreia Isabel Inácio Teles

ROC n.º 1503 | CMVM n.º20161113

Assinado por: **Andreia Isabel Inácio Teles**

Num. de identificação: 11076119

Data: 2025.04.10 12:28:54+01'00'

Certificado por: **SCAP**

Atributos certificados: **Gerente de TELES, SANTINHO & ASSOCIADO, SROC, LDA (VAT PT-505778530)**